

SECRETARIA DE IGUALDADE RACIAL, DIREITOS HUMANOS, DIVERSIDADE,  
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E JUVENTUDE

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

FUNCITERN

# CENSO DOS POVOS INDÍGENAS

## NATAL, RIO GRANDE DO NORTE



VALORIZANDO E RECONHECENDO A  
PRESENÇA INDÍGENA NA CIDADE



NATAL  
PREFEITURA

OBRAS DE ALBERT ECKHOUT:  
• ÍNDIA TUPI  
• ÍNDIO TARAIRIU (TAPUIA).

## **Gestão do Executivo**

Paulo Eduardo da Costa Freire  
**Prefeito**

Joanna de Oliveira Guerra  
**Vice-prefeita**

Luciana Dantas da Costa Oliveira  
**Secretária Municipal da Igualdade Racial, Direitos Humanos,  
Diversidade, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência - SEMIDH**

Thiago Barreto Ramos Tinoco  
**Secretário Adjunto de Secretaria Municipal da  
Igualdade Racial, Direitos Humanos, Diversidade,  
Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência - SEMIDH**

Rosângela Kalina Veloso Silva  
**Diretora do Departamento de Políticas Públicas - SEMIDH**

Renato Pereira Bezerra  
**Coordenador de Políticas Públicas de  
Promoção da Igualdade Racial - SEMIDH**

Eloisandro Soares da Costa  
**Residente em Políticas Públicas e Inovação da  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN**

---

### **EXPEDIENTE**

#### **Coordenação**

Secretaria Municipal da Igualdade Racial, Direitos Humanos,  
Diversidade, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência - SEMIDH

#### **Equipe Técnica**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliane Anselmo da Silva  
Prof. Dr. Jean Henrique Costa  
Maria Soares de Melo  
Edgar Gonzalez  
Amanda Ionara Farias de Oliveira  
Christel Angelina Ribes  
Lucileide Costa Bernardo  
Mizael Gonzalez Perez

#### **Supervisão Técnica**

Luciana Dantas da Costa Oliveira

#### **Supervisão Editorial**

Rosângela Kalina Veloso Silva  
Eloisandro Soares da Costa

#### **Diagramação**

Renato Pereira Bezerra  
Dois.a Publicidade

#### **Revisão**

Ana Flávia Sanção

# Sumário

4	Mensagem da Secretária
5	Apresentação
6	Resumo
7	Introdução
9	Mapeamento e Espacialização das Famílias e Parentelas Indígenas em Natal
16	Diagnóstico Socioeconômico e Territorial
25	Demandas Sociopolíticas de Indígenas Não Aldeados: Cidadania e Interculturalidade
28	Considerações Finais
29	Referências
31	Anexos



## Mensagem da Secretária



É com grande satisfação que a Secretaria de Igualdade Racial, Direitos Humanos, Diversidade, Pessoas com Deficiência e Juventude (SEMIDH) entrega à população natalense o MAPEAMENTO INDÍGENA da nossa cidade, uma iniciativa fundamental para reconhecermos, valorizarmos e protegermos a presença dos povos originários em nosso território urbano. Este trabalho representa não apenas um levantamento demográfico, mas um compromisso efetivo da gestão municipal para com a visibilidade e o respeito aos direitos humanos dos povos indígenas que fazem parte da história e do presente de Natal.

Este mapeamento surge como uma ferramenta essencial para permitir que as políticas públicas municipais sejam elaboradas e implementadas com base em dados concretos sobre a realidade indígena em contexto urbano. Acreditamos que não há como promover justiça social sem conhecer profundamente aqueles a quem devemos garantir direitos.

A ancestralidade indígena está impressa no DNA cultural da nossa cidade, nas tradições, nos saberes e em nossa própria identidade potiguar. Por isso, este mapeamento vai além de números e estatísticas – ele busca compreender as necessidades específicas, os desafios cotidianos e as potencialidades das comunidades indígenas que habitam Natal. Queremos assegurar que suas vozes sejam ouvidas e que suas perspectivas orientem nossas ações enquanto poder público municipal.

A SEMIDH reafirma, através desta iniciativa, seu compromisso com o respeito à diversidade cultural e religiosa dos povos indígenas. Entendemos que suas práticas ancestrais, suas línguas, suas espiritualidades e seus modos de vida constituem patrimônios imateriais que devem ser não apenas preservados, mas ativamente valorizados e promovidos em nossa cidade. O direito à diferença é um princípio fundamental que norteia nossa atuação e que encontra neste mapeamento uma expressão concreta.

Convido toda a sociedade natalense a acolher este trabalho como um convite à reflexão sobre nossas origens e sobre a importância de construirmos uma cidade verdadeiramente plural e inclusiva. Os dados e informações aqui apresentados devem servir como base para um diálogo permanente entre o poder público, as comunidades indígenas e toda a população, visando a construção coletiva de políticas que promovam o bem-viver e a dignidade dos povos originários em contexto urbano.

Que este mapeamento seja apenas o primeiro passo de uma longa jornada de reconhecimento, reparação histórica e construção conjunta de um futuro onde os povos indígenas de Natal possam viver plenamente sua identidade cultural, exercer seus direitos e contribuir com seus saberes ancestrais para uma cidade mais justa, sustentável e humana. Este é o compromisso que assumimos como gestão municipal e que esperamos compartilhar com cada cidadão e cidadã de nossa querida Natal.

Luciana Oliveira  
Secretária Municipal dos Direitos Humanos de Natal

## Apresentação



O presente relatório apresenta os resultados de uma pesquisa desenvolvida ao longo do ano de 2024, com foco no mapeamento dos povos indígenas que vivem na cidade de Natal. Ela atende a uma demanda social desse grupo por maior reconhecimento tanto em nível municipal, quanto nos níveis estadual e federal. Sendo realizada por meio de um convênio entre a Secretaria Municipal de Igualdade Racial, Direitos Humanos, Diversidade, Pessoas Idosas, Pessoas com Deficiência e Juventude (SEMIDH) e a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Rio Grande do Norte (FUNCITERN), estabelecido por meio do Edital 004/2024/FUNCITERN.

Com base em trabalho de campo, a investigação teve como objetivo central mapear famílias indígenas reconhecidas por suas lideranças, identificar os bairros e territórios que ocupam e realizar um diagnóstico socioeconômico e territorial. Por meio da aplicação de formulários com 52 famílias — 49 da etnia Potiguara Mendonça, 3 da Tapuia Paiacu, além de dois abrigos com indígenas refugiados da etnia Warao, da Venezuela — a pesquisa alcançou um total de 204 indivíduos.

Observou-se que em Natal só existem indígenas em contexto urbano e que há uma concentração significativa de famílias indígenas na Zona Norte da cidade, com destaque para os bairros Nossa Senhora da Apresentação, Lagoa Azul e Igapó.

As condições de vida das famílias pesquisadas revelam altos índices de desemprego, subemprego, precariedade habitacional, insegurança alimentar e limitações severas no acesso a serviços essenciais como saúde, educação e segurança pública.

Ao contribuir para a sistematização do conhecimento sobre indígenas em contexto urbano em Natal, este estudo busca ampliar o debate público, acadêmico e institucional sobre as condições de vida desse grupo e subsidiar a formulação de políticas públicas que atendam aos problemas públicos a que estão expostos.



# INDÍGENAS NÃO ALDEADOS NO URBANO CONTEMPORÂNEO E DEMANDAS SOCIOPOLÍTICAS PARA O CASO DE NATAL



**Resumo:** O presente resultado de relatório técnico-científico de pesquisa antropológica já concluída analisou a situação de indígenas não aldeados no urbano contemporâneo da cidade de Natal/RN (2024), enfatizando as dinâmicas territoriais e socioeconômicas que elaboram cotidianamente em termos materiais e simbólicos. A pesquisa contextualizou a questão indígena nos distintos, heterogêneos, dinâmicos e contraditórios processos de urbanização no Brasil, que têm levado a uma crescente migração dos povos tradicionais. Os indígenas em contexto urbano, conhecidos também como não aldeados, enfrentam desafios singulares, já que a vida urbana transforma as dinâmicas sociais e econômicas peculiares de territorialidades tradicionais, para além de discriminação e estigma, pobreza e miserabilidade, invisibilidade e falta de acesso a serviços públicos minimamente adequados. A partir daí este estudo visou explorar essas questões, fornecendo uma análise das condições de vida dos indígenas neste contexto. A pesquisa teve caráter descritivo e quantitativo, investigando questões básicas sobre renda, educação, saúde pública, segurança pública e demais questões relacionadas à infraestrutura dos locais de residência destes indígenas, de modo a melhor compreender as demandas sociopolíticas dos indígenas não aldeados de Natal.

## **Palavras-chave:**

*indígenas não aldeados; indígenas em contexto urbano; urbano contemporâneo de Natal/RN; dinâmicas territoriais e socioeconômicas indígenas; demandas sociopolíticas indígenas.*



## Introdução

O presente resultado de relatório técnico-científico de pesquisa antropológica já concluída<sup>1</sup> analisou a situação de indígenas não aldeados no urbano contemporâneo da cidade de Natal/RN (2024), enfatizando as dinâmicas territoriais e socioeconômicas que elaboram cotidianamente em termos materiais e simbólico. Deste modo, a pesquisa de campo buscou reunir dados demográficos atualizados de famílias indígenas reconhecidas por lideranças e associações, mapeando os bairros onde vivem e cartografando um diagnóstico situacional e socioeconômico destes povos tradicionais (LITTLE, 2004) imersos na sociedade nacional. Com este objetivo, a pesquisa contextualizou a questão indígena nos distintos, heterogêneos, dinâmicos e contraditórios processos de urbanização no Brasil, que têm levado a uma crescente migração dos povos tradicionais para as áreas urbanas, geralmente para as zonas empobrecidas, periféricas, deprimidas ou de vulnerabilidade socioespacial; quando não é o próprio urbano que avança sobre os territórios e territorialidades tradicionais em sucessivas ondas de avanço da fronteira socioeconômica do Estado-Nação e de seu aparato político-burocrático e técnico-militar cerceador (SOUZA LIMA, 2015).

Os indígenas em contexto urbano, conhecidos também como não aldeados, enfrentam desafios singulares em comparação com aqueles que permanecem em regime de organização social e parentesco mais protegidos e delimitados pelas aldeias tradicionais em terras indígenas demarcadas, já que a vida urbana, com suas lógicas individualizantes e destradicionalizantes, transforma as dinâmicas sociais e econômicas peculiares de territorialidades tradicionais (regime comum de propriedade, sentimento coletivo de pertença, memórias ancestrais, ritualidades e sociotécnicas tradicionais etc.), impactando profundamente a vida material e as formas de sociabilidades das parentelas indígenas.

No contexto brasileiro, essa transformação de modos de ação e de realidade (GEERTZ, 2012) de povos tradicionais em processos seculares de desterritorialização, deslocamento, integração forçada e assimilação é particularmente complexa devido à diversidade étnico-cultural e às desigualdades históricas que permeiam nossa sociedade urbano-industrial de capitalismo periférico, de ofensiva burguesa sobre os povos tradicionais e da própria construção autoritária de nossa formação, ampliando o racismo estrutural e solidificando ataques às políticas de igualdade racial. Essas desigualdades estruturais terminam por segregar, invisibilizar e fragmentar os povos tradicionais, dificultando a elaboração de elementos culturais de coesão e de organicidade coletiva de formas políticas de luta organizada por direitos, terras, reconhecimentos, dignidades (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1963, 1972, 1974 e 1980).

<sup>1</sup> A pesquisa de campo contou com financiamento da Prefeitura do Natal, através de edital FUNCITERN. Ela teve início em 01/03/2024 e término em 31/07/2024, totalizando 5 meses. O trabalho foi executado por 4 bolsistas de apoio técnico e 2 bolsistas com notório saber – lideranças indígenas – responsáveis, respectivamente, por aplicar os formulários diretamente nas residências e mobilizar as famílias indígenas residentes em Natal/RN.

O deslocamento migratório de indígenas para as cidades, nesse contexto, é frequentemente motivado pela busca de *melhores* condições de vida e de oportunidades de emprego, uma vez que as territorialidades tradicionais são cada vez mais comprimidas e esgarçadas pelo avanço do *povo da mercadoria* (KOPENAWA e ALBERT, 2015). Essa mudança do lugar ruralizado e pessoalizado para o urbano periférico não está isento de dificuldades e expressa profundas desigualdades socioespaciais e demandas de reelaboração étnica no jogo intercultural. Os indígenas no urbano enfrentam desafios significativos, incluindo discriminação e estigma, pobreza e miserabilidade, invisibilidade e falta de acesso a serviços públicos minimamente adequados. Daí que este estudo visou explorar essas questões, fornecendo uma análise das condições de vida dos indígenas no urbano contemporâneo – em 2024 – na cidade de Natal. A importância deste relatório reside na necessidade de compreender a complexidade das experiências indígenas no contexto urbano de Natal para a formulação estratégica de políticas públicas de igualdade racial. Assim, buscamos identificar as lideranças dessas famílias indígenas na cidade e apontar suas espacialidades, micro territorialidades, sociabilidades culturalmente específicas e condições de vida, contribuindo para um entendimento sistemático da problemática esboçada e, assim, informar futuras pesquisas e possibilidades de intervenções.

A pesquisa teve caráter descritivo e quantitativo, investigando questões básicas sobre renda, educação, saúde pública, segurança pública e demais questões relacionadas à infraestrutura dos locais de residência destes indígenas. O formulário da pesquisa de campo teve 23 questões, sendo aplicado *in loco*. Os formulários foram aplicados com 52 famílias – 49 famílias Potiguara Mendonça e 3 famílias Tapuia Paiacu – e em 2 abrigos com refugiados venezuelanos da etnia Warao. Todo o mapeamento contabilizou 204 pessoas desses 3 grupos étnicos. Os dados foram tabulados através da estatística descritiva básica, e espacializados em mapas através do software SIRGAS2000.

Assim, os dados a seguir têm representatividade amostral para as famílias Mendonça e Tapuia Paiacu, e censitária para os Warao. A aplicação dos formulários com os Mendonça foi supervisionada por uma liderança deste povo, disponibilizando nomes e endereços de todas as famílias residentes em Natal. Nem todas as famílias foram pesquisadas, já que alguns endereços estavam fechados no horário da pesquisa ou em função da indisponibilidade de algumas pessoas. Não obstante, das 60 famílias estimadas, quase todas (49) foram mapeadas. Referente aos Warao, os dados foram coletados com todos os que residiam na cidade no momento da pesquisa, totalizando 13 famílias. A aplicação dos formulários também foi supervisionada pelas lideranças indígenas de cada abrigo.

## Mapeamento e espacialização das famílias e parentelas indígenas em Natal

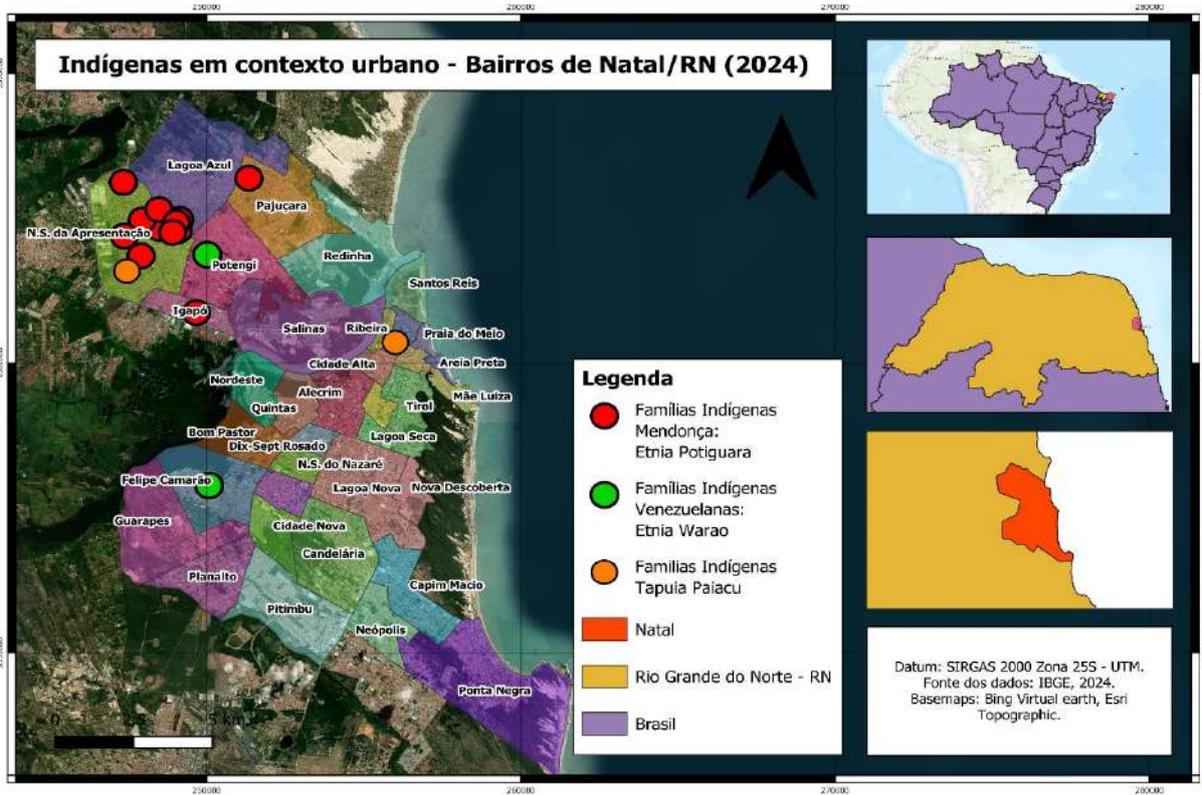
O movimento de populações indígenas para áreas urbanas no Brasil remonta ao projeto colonizador português e sua dinâmica de captura de mão-de-obra barata, embora tenha se intensificado recentemente devido a fatores como expulsão de terras, processos de desmatamento e projetos de desenvolvimento que impactam negativamente as terras indígenas. No caso específico deste mapeamento no RN, houve a migração dos indígenas Potiguara Mendonça da cidade de João Câmara – distante em 80 km da capital –, ainda nos anos 1980, para Natal, em função de conflitos fundiários, e, especificamente, de abalos sísmicos verificados naquele município (GUERRA, 2007). Além disso, há, em Natal, a presença de outras etnias, sobretudo vindas do interior do estado. Nesta pesquisa, foi identificada também a etnia Tapuia Paiacu, originária de Apodi. Verificou-se igualmente a presença de indígenas venezuelanos refugiados, da etnia Warao, vivendo em dois abrigos fornecidos pelo Governo do Estado. Prontamente, este mapeamento identificou uma expressiva concentração de indígenas Mendonça na Zona Norte de Natal, especificamente em 3 bairros, destacando-se o Bairro Nossa Senhora da Apresentação. Foram mapeadas 52 famílias – 49 famílias Potiguara Mendonça e 3 famílias Tapuia Paiacu – e 2 abrigos com refugiados venezuelanos da etnia Warao. Todo o mapeamento contabilizou 204 pessoas desses 3 grupos étnicos.

Os mapas 1A e 1B a seguir identificam e espacializam as áreas de residências dessas 52 famílias e abrigos Warao, notadamente concentradas nos bairros Nossa Senhora da Apresentação, Lagoa Azul e Igapó, todos na Zona Norte de Natal (exceto um abrigo específico, que fica na Zona Oeste). As famílias Warao estão localizadas em dois abrigos, totalizando 49 pessoas. Um abrigo está no bairro Potengi, especificamente no Conjunto Santa Catarina e possui três famílias Warao, totalizando 19 pessoas. O outro abrigo está localizado no Bairro Felipe Camarão e abriga dez famílias Warao, com um total de 30 pessoas. Os mapas abaixo situam territorialmente os abrigos Warao e demais famílias Potiguara Mendonça e Tapuia Paiacu:



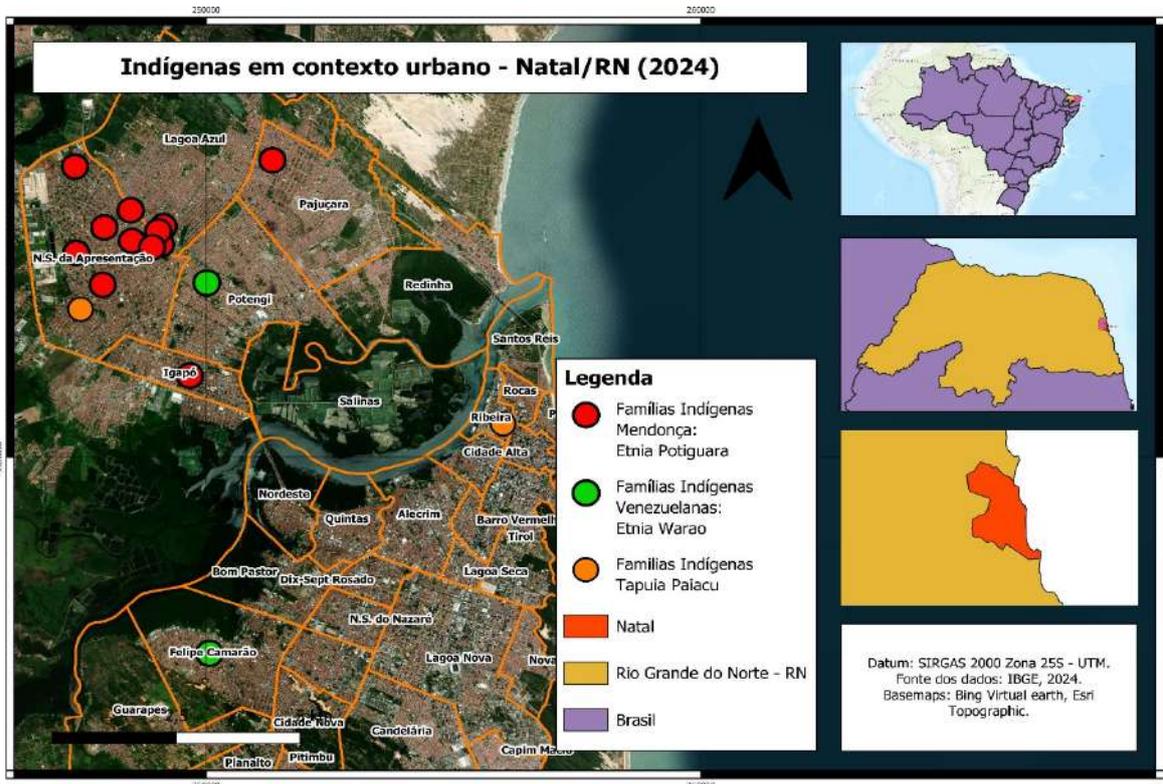
*Índia Tupi (1641)  
Albert Eckhout*

## Mapa 1A: Indígenas em Contexto Urbano – Bairros de Natal



Fonte: Pesquisa de Campo dos autores.

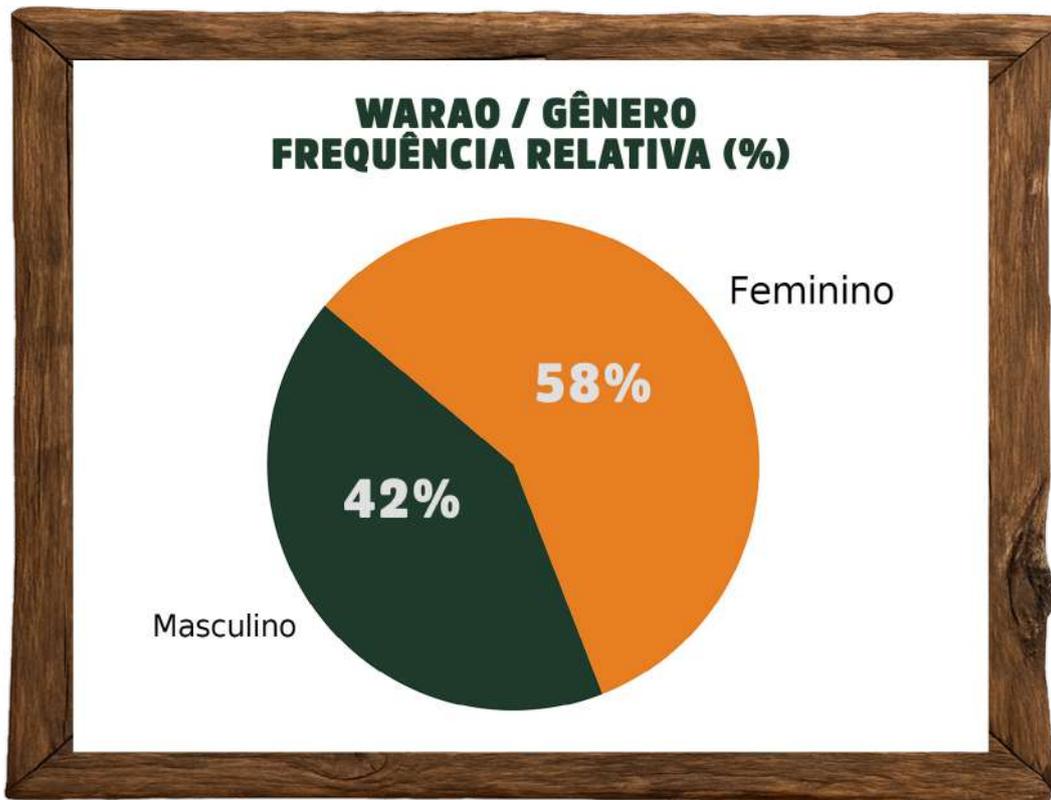
## Mapa 1B: Indígenas em Contexto Urbano – Bairros de Natal



Fonte: Pesquisa de Campo dos autores.

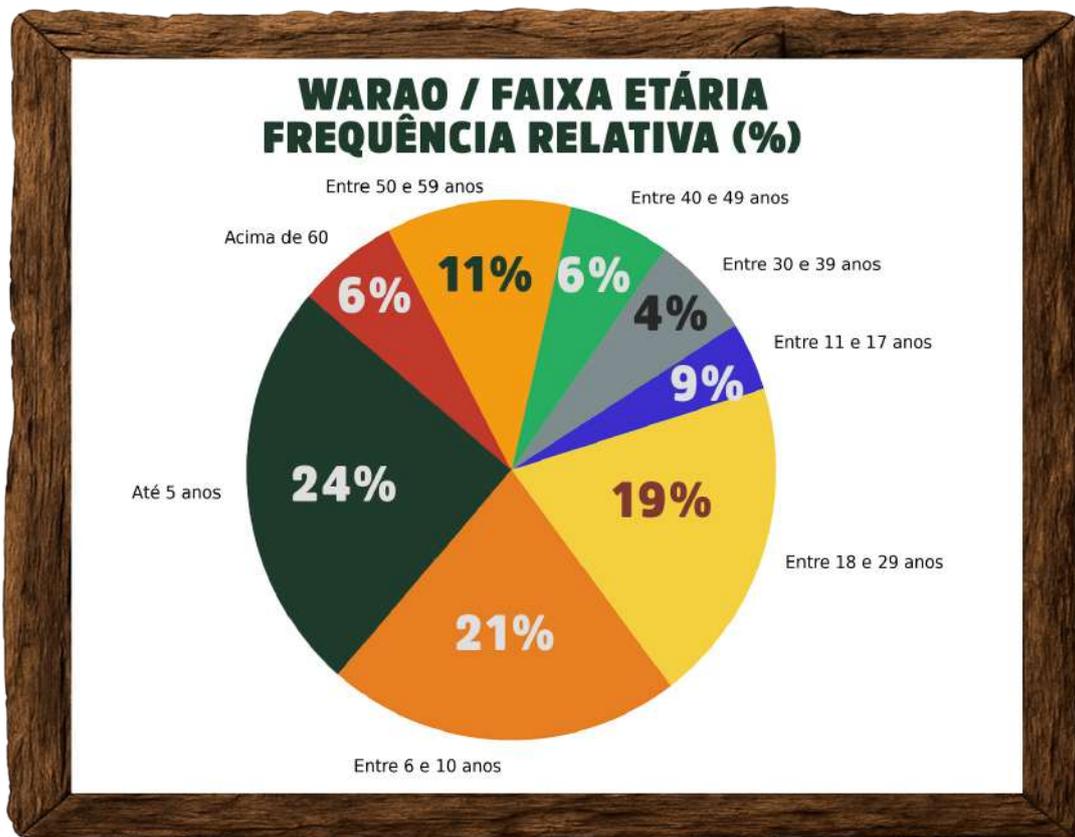
Agrupando os dois abrigos venezuelanos, os gráficos 01, 02 e 03 apresentam as variáveis *gênero*, *faixa etária* e *escolaridade* para os 49 indígenas Warao (dois não estavam presentes, totalizando 47 indivíduos).

GRÁFICO 01



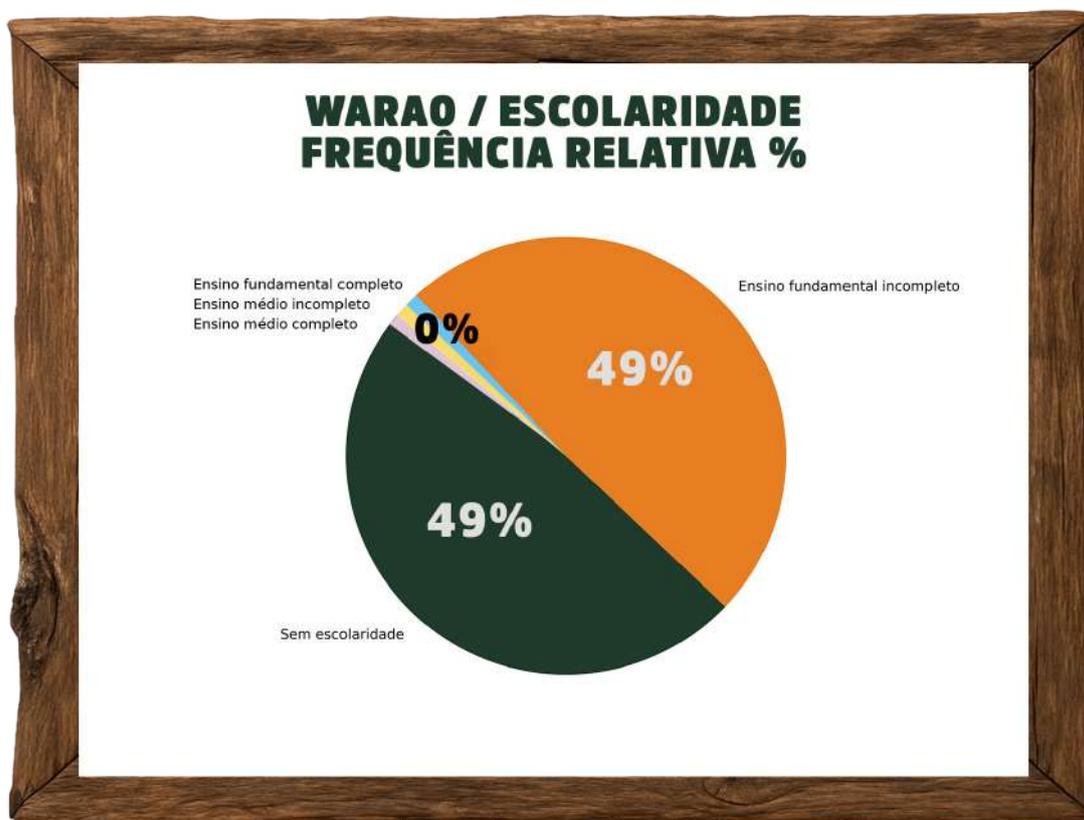
Fonte: Pesquisa de Campo (2024).

GRÁFICO 02



Fonte: Pesquisa de Campo (2024).

### GRÁFICO 03



Fonte: Pesquisa de Campo (2024).

Dentre os Warao, verifica-se 57,5% de mulheres e 42,5% de homens. Sobre a escolaridade, 48,9% não tem escolaridade formal e mais exatos 48,9% não concluiu o ensino fundamental. Em meio aos pesquisados,, apenas um indivíduo, representando 2,1%, está cursando o ensino médio. Acerca da idade, nota-se a presença de muitas crianças, totalizando quase 45% da população venezuelana (23,4% até 5 anos de idade e 21,27% entre 6 e 10 anos). Há 8,51% entre 11 e 17 anos, seguido de 19,14% entre 18 e 29 anos, ambos somando quase 30%. Em outras palavras, dentre os Warao, mais de 70% dos moradores dos abrigos têm menos de 30 anos, o que mostra um padrão elevado de natalidade e a baixa presença de idosos.

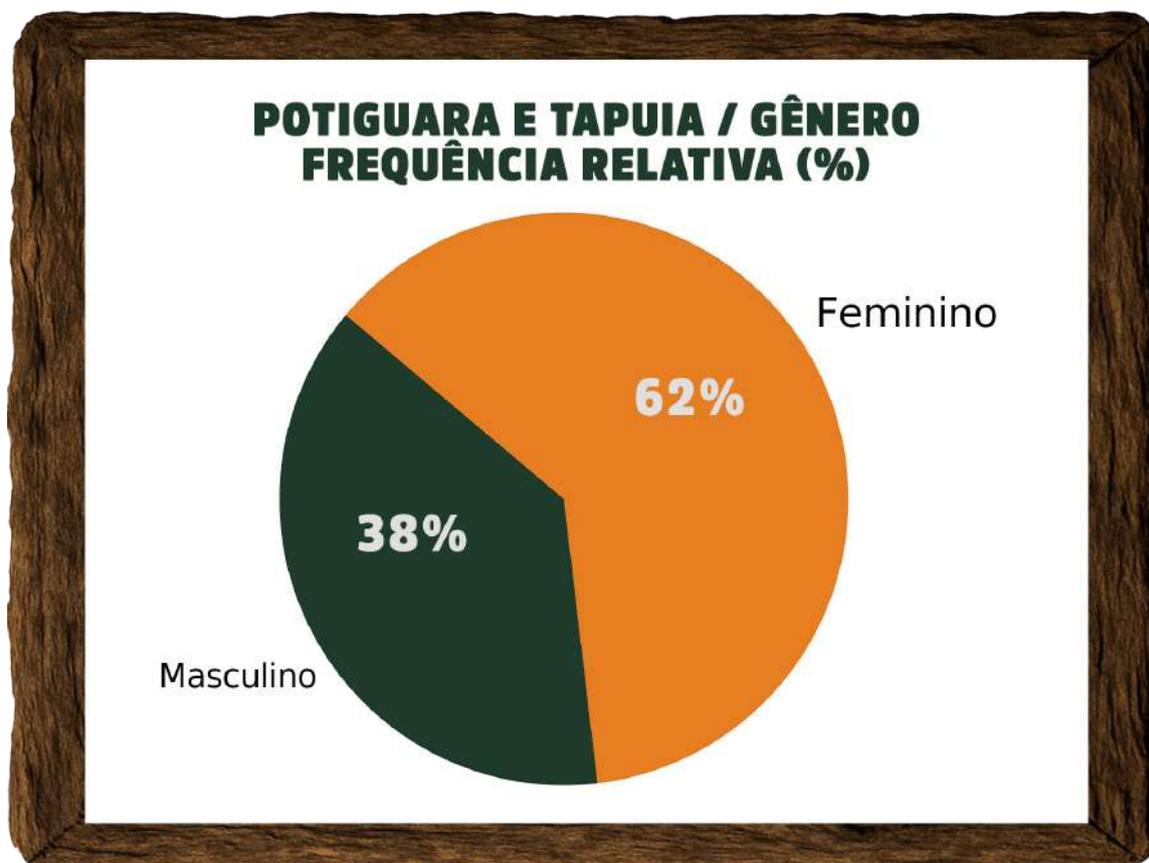




MULHER POTIGUARA  
NA BAÍA DA TRAIÇÃO.  
FOTO: TIURÉ, 1981.

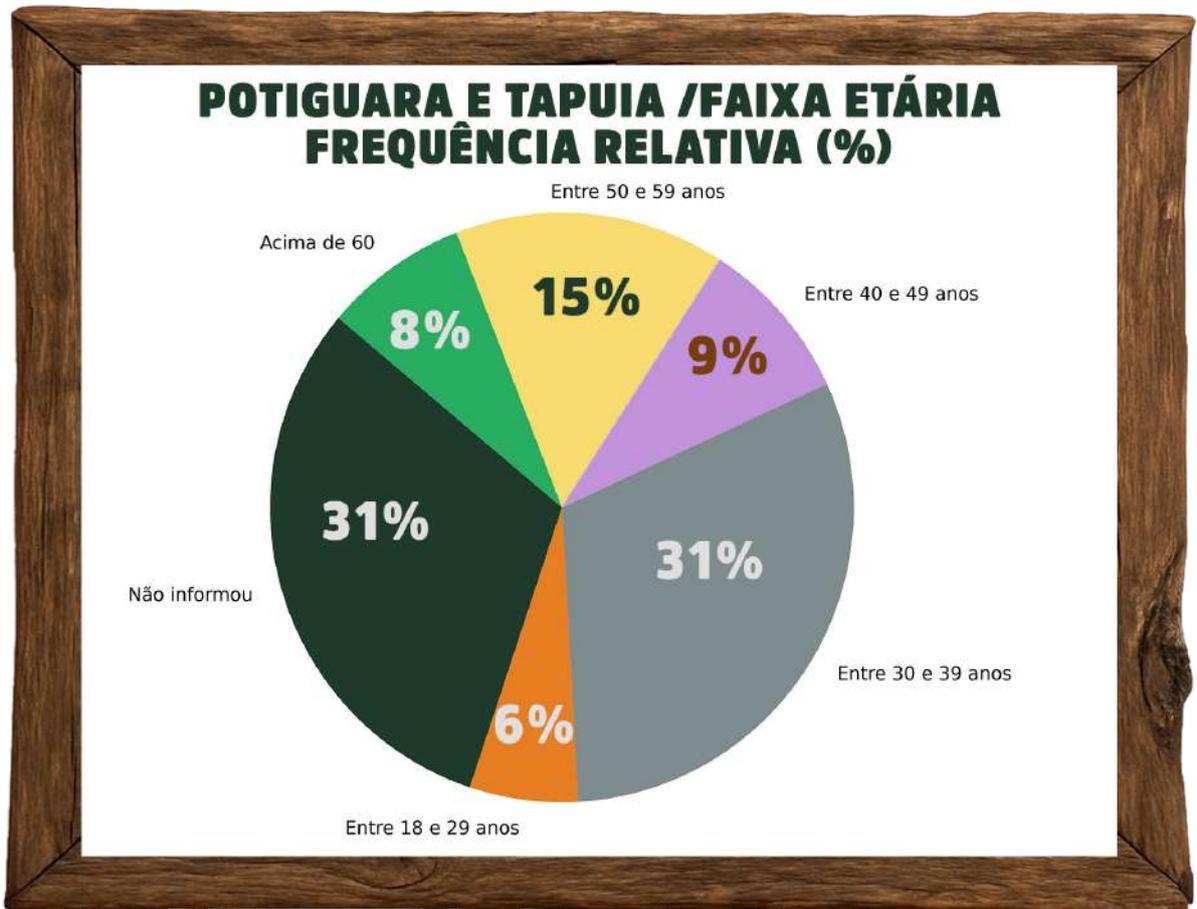
Tratando acerca das etnias Potiguar e Tapuia, verifica-se o mesmo padrão de gênero dos respondentes (informações limitadas aos líderes de família). Há 62% de mulheres e 38% de homens. Sobre a faixa etária, a maior parte dos informantes tem entre 30 e 39 anos (31%) e possui baixa taxa de escolarização: 35% não concluíram o ensino fundamental e 33% sequer frequentaram a escola. Os gráficos 04, 05 e 06 a seguir apresentam essas variáveis:

GRÁFICO 04



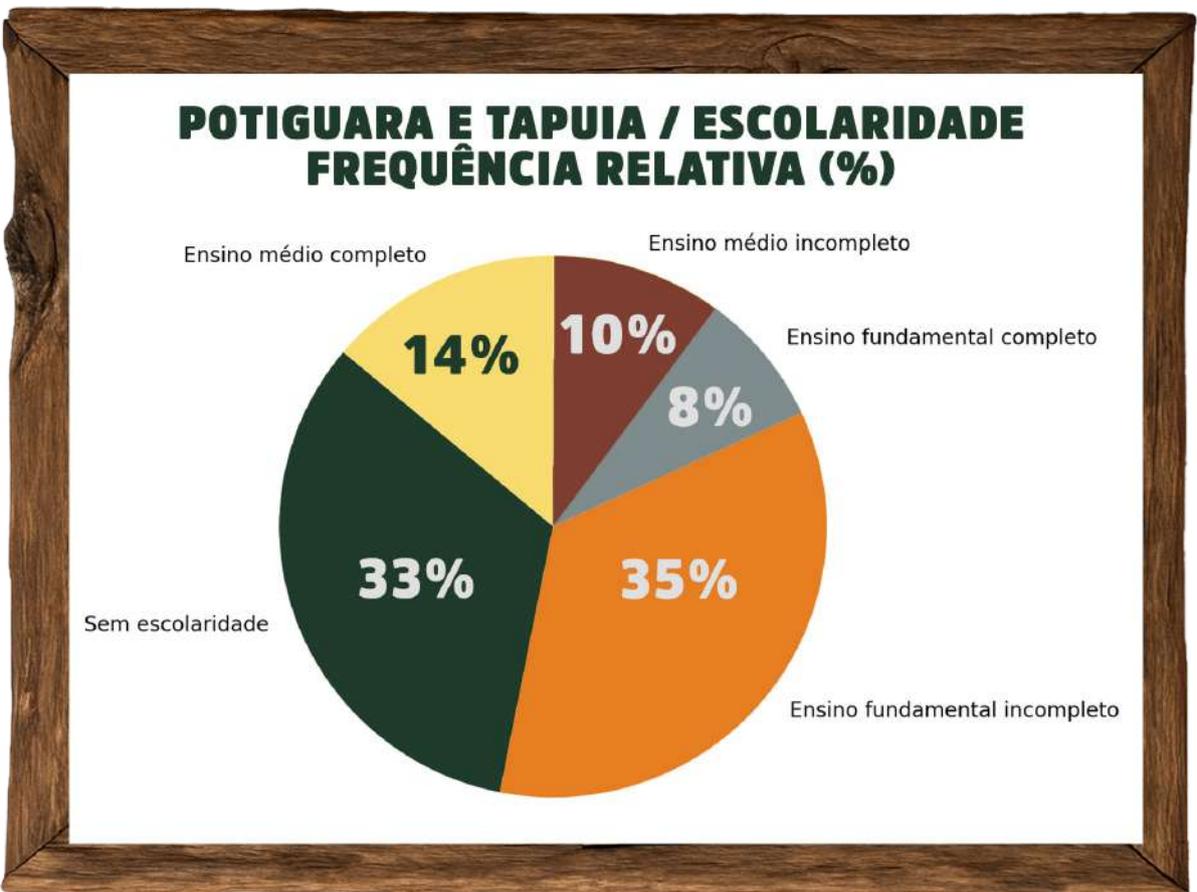
Fonte: Pesquisa de Campo (2024).

GRÁFICO 05



Fonte: Pesquisa de Campo (2024).

GRÁFICO 06



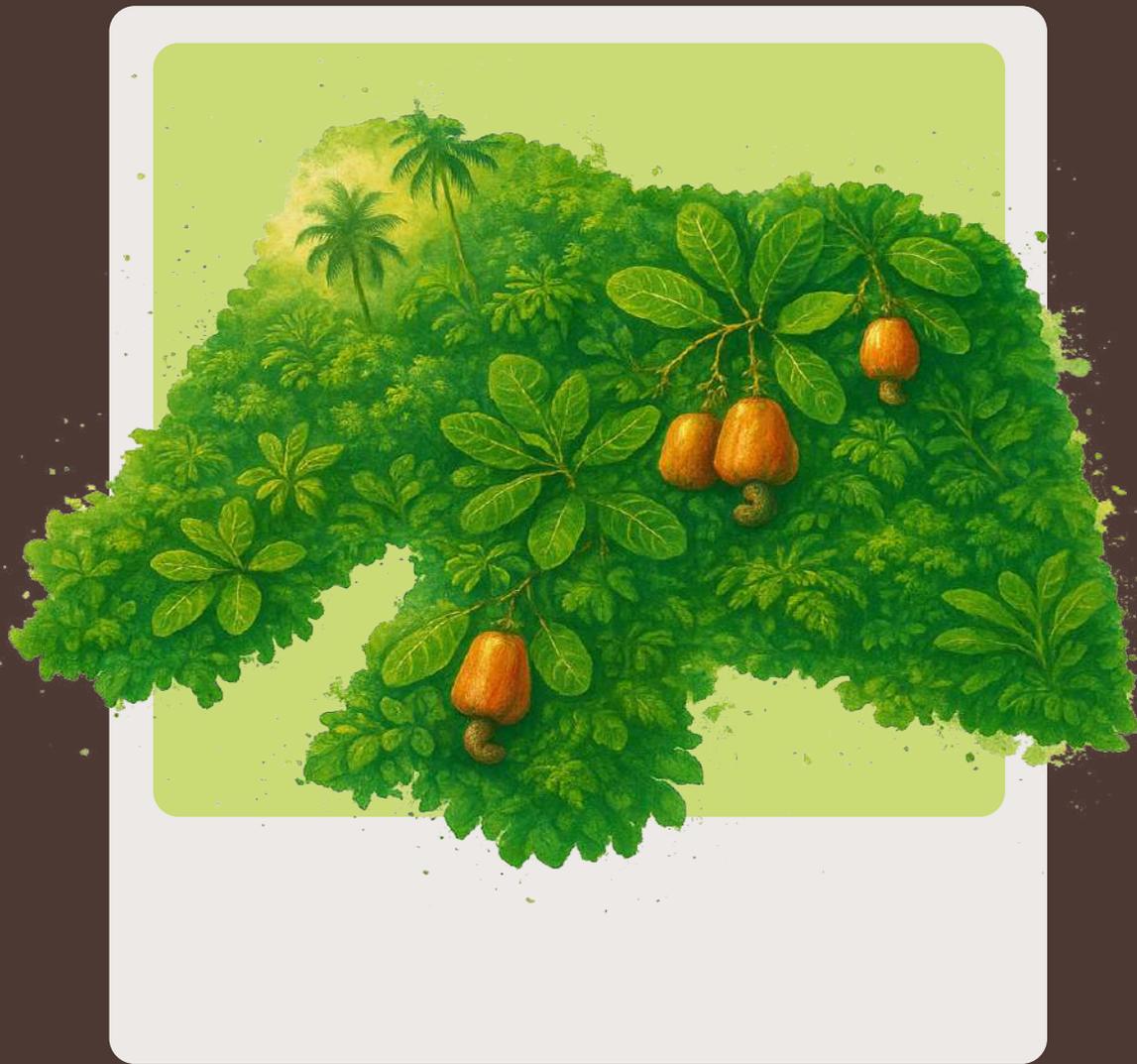
Fonte: Pesquisa de Campo (2024).

As famílias Potiguara Mendonça e Tapuia Paiacu estão especificamente concentradas em três bairros da Zona Norte. Situando essas famílias a partir da análise dos mapas 1A e 1B, podemos inferir que territorialmente há uma concentração desses indígenas principalmente nos bairros periféricos da cidade, justamente – mas não decisivamente – fora dos espaços culturais (valorizados pela dinâmica capitalista) de sociabilidade das classes médias e das elites locais. Ao mesmo tempo, estas áreas possuem as maiores deficiências em serviços como saúde, educação, infraestrutura e segurança pública. Conseqüentemente, os espaços de violência urbana (particularmente nas zonas norte e oeste) são acentuados nesses loteamentos e conjuntos habitacionais de baixo desenvolvimento socioespacial (COSTA et al, 2018).

Os Warao estão justamente nas zonas Norte e Oeste, exatamente as zonas com baixo desenvolvimento socioespacial e maior pobreza urbana. Usando as palavras do geógrafo Milton Santos (2009), a pobreza urbana é uma situação estrutural, na qual os indivíduos com uma posição inferior dentro da sociedade sobrevivem à margem das possibilidades de como o capital é aplicado, da organização das modernas atividades econômicas e da intensidade de tecnologia utilizada. A área em estudo sobrevive através do que Milton Santos chamou de circuito inferior da economia urbana, formado por diferentes tipos de pequeno comércio – sobretudo informal – e da produção e circulação de bens manufaturados de capital não intensivo.

Diante do número de famílias e da espacialização dos bairros em que vivem, percebe-se que os indígenas em Natal vivenciam e enfrentam as condições socioeconômicas precárias desta pobreza urbana. Neste mapeamento, foi constatado altos níveis de desemprego e subemprego, além de precariedade habitacional coexistindo junto a áreas de lixões, alagamentos e vias férreas. Além disso, a discriminação étnico-racial é uma barreira significativa para o acesso a oportunidades de trabalho dignas e a serviços públicos de qualidade, sobretudo para os refugiados Warao (SILVA e BARBOSA, 2022; BARBOSA e LIMA, 2023). Os dados a seguir apontam e analisam esta problemática.





## Diagnóstico socioeconômico e territorial

Os dados coletados em campo revelaram profundas desigualdades socioambientais, territoriais e econômicas dentre as famílias indígenas estudadas. Desigualdades referentes ao acesso à saúde coletiva e à segurança pública, insegurança alimentar e, principalmente, oportunidades de renda marcaram o diagnóstico situacional dos sujeitos deste estudo. O estudo empírico verificou como a exclusão dessas famílias – ou mesmo sua forma de “inclusão precária” (MARTINS, 1997) – se consolida como um vetor de pobreza urbana, de racismo estrutural (ALMEIDA, 2019) e de rotinização de práticas sociais com objetivos desumanizantes autonomizados (HONNETH, 2008). Portanto, é preciso que o conjunto dos dados a seguir seja lido como um quadro estrutural e histórico de carências e demandas urgentes para essas famílias. A tabela 01 a seguir traz um retrato das variáveis *renda* e *ocupação profissional*, sendo marcadores estruturais do quadro sistêmico de pobreza urbana experimentado por essas famílias e parentelas indígenas.

**Tabela 01: Renda e Ocupação Profissional**

<b>Renda Mensal Familiar</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa %</b>
Até 0,5 salário mínimo	23	42,6
Entre 0,5 e 1 salário mínimo	21	38,9
Entre 1 e 1,5 salários mínimos	4	7,4
Entre 1,5 e 2 salários mínimos	3	5,6
Entre 2 e 5 salários mínimos	2	3,7
Acima de 5 salários mínimos	-	-
Não sei ou prefiro não informar	1	1,9
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>100</b>
<b>Atividade Básica de Subsistência Ocupação Profissional</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa %</b>
Agricultura	-	-
Pesca	-	-
Indústria	3	5,6
Comércio e Serviços	4	7,4
Serviço Público	1	1,9
Turismo	-	-
Trabalho autônomo, prestação de serviço, setor informal	18	33,3
Aposentado(a)	5	9,3
Sem renda/desempregado	25	46,3
<b>Beneficiário de Programa Social de Renda</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa %</b>
Sim	29	53,7
Não	25	46,3
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>100</b>
<b>Importância da Renda do Programa</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa %</b>
Muito importante	27	93,1
Importante	2	6,9
Indiferente/Regular	-	-
Pouca importância	-	-
Nenhuma importância	-	-
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de Campo.

A tabela 01 acima pode ser resumida em famílias de baixa renda, sem renda ou vivendo de trabalhos informais, fortemente dependentes da transferência de recursos de programas sociais. Trata-se também de uma situação ocupacional dependente de trabalhos informais, desregulamentados, de contrato temporário, atípico, subprecarizado, intermitente, cuja incerteza e flexibilidade de renda terminam por suprimir do trabalhador qualquer possibilidade de narrativa de vida estável. A primeira constatação verificada na tabela acima foi a renda. 80% das famílias estudadas vivem com renda de até 1 salário mínimo, tendo aproximadamente 40% que sobrevivem com renda inferior a ½ salário mínimo. Ainda referente à renda, mais da metade é dependente de programas de renda básica, especialmente o Bolsa Família, do Governo Federal, que foi o programa citado em 100% das respostas daqueles beneficiários. Sabe-se que, segundo o IPEA (2019), o programa se tornou uma peça fundamental no sistema de proteção social brasileiro, sendo um reforço na redução da pobreza. Não obstante, para o IPEA, o que impede que o Programa seja mais eficaz no combate à pobreza e à desigualdade é o valor modesto dos benefícios. Este valor precisaria aumentar para cumprir a vocação de garantir uma renda mínima aos mais pobres.



A insegurança na renda desemboca na precariedade do problema estrutural da insegurança alimentar e nutricional. Esta questão compreende a falta de acesso a uma alimentação adequada, condicionada, predominantemente, às questões de renda (BEZERRA et al, 2020). A tabela 02 abaixo mostra a problemática da insegurança alimentar dentre essas famílias:

**Tabela 02: Insegurança Alimentar**

<b>Nos últimos três meses, alguém da sua família teve preocupação de que os alimentos acabassem antes de poder comprar ou receber mais comida?</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa %</b>
Sim	39	72,2
Não	15	27,8
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>100</b>

<b>Nos últimos três meses, alguém da sua família passou fome alguma vez, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa %</b>
Sim	30	55,6
Não	24	44,4
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de Campo.

Dentre as famílias indígenas captadas neste estudo, aproximadamente 72,2% tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais, culminando em 55,6% em que alguém passou fome alguma vez, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida. Conforme pontua Bezerra et al (2020), essa insegurança alimentar é um revelador da vulnerabilidade social – de infraestrutura, de capital humano, de renda e de trabalho –, demonstrando sua instauração nos territórios onde há possível violação de direitos básicos, o que impacta na falta de acesso a alimentos. A pesquisa verificou ainda que essas comunidades vivenciam um cotidiano de profunda carência referente à infraestrutura básica e serviços em geral. A tabela 03 a seguir descreve as principais carências verificadas ao longo do estudo, apontando as insuficiências e a precariedade estrutural vivenciadas nesses bairros. Excetuando-se a coleta de lixo e o abastecimento de água – que foram bem avaliados – faltam no bairro ou existem precariamente transporte público regular, ruas bem pavimentadas, postos policiais funcionando, iluminação pública eficiente e equipamentos públicos de lazer e cultura.

**Tabela 03: Infraestrutura e Serviços**

<b>Percepção/Avaliação sobre a qualidade da educação pública no bairro</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa %</b>
Ótimo	2	3,7
Bom	4	7,4
Regular	9	16,7
Ruim	12	22,2
Péssimo	27	50
Não sei ou prefiro não informar	-	-
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>100</b>
<b>Percepção/Avaliação sobre a qualidade da saúde pública no bairro</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa %</b>
Ótimo	-	-
Bom	3	5,6
Regular	2	3,7
Ruim	12	22,2
Péssimo	36	66,7
Não sei ou prefiro não informar	1	1,9
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>100</b>
<b>Percepção/Avaliação sobre a rede pública de água no bairro</b>		
Ótimo	2	3,7
Bom	18	33,3
Regular	7	13
Ruim	11	20,4
Péssimo	15	27,8
Não sei ou prefiro não informar	1	1,9
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>100</b>
<b>Percepção/Avaliação sobre a coleta de lixo no bairro</b>		
Ótimo	28	51,9
Bom	22	40,7
Regular	2	3,7
Ruim	-	-
Péssimo	1	1,9
Não sei ou prefiro não informar	1	1,9
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>100</b>

Percepção/Avaliação sobre a qualidade do transporte público no bairro	Frequência Absoluta	Frequência Relativa %
Ótimo	-	-
Bom	2	3,7
Regular	5	9,3
Ruim	8	14,8
Péssimo	38	70,4
Não sei ou prefiro não informar	1	1,9
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>100</b>
Percepção/Avaliação sobre a qualidade da iluminação pública no bairro	Frequência Absoluta	Frequência Relativa %
Ótimo	-	-
Bom	12	22,2
Regular	5	9,3
Ruim	21	38,9
Péssimo	16	29,6
Não sei ou prefiro não informar	-	-
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>100</b>
Percepção/Avaliação sobre a qualidade da pavimentação das ruas no bairro	Frequência Absoluta	Frequência Relativa %
Ótimo	1	1,9
Bom	9	16,7
Regular	5	9,3
Ruim	17	31,5
Péssimo	21	38,9
Não sei ou prefiro não informar	1	1,9
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>100</b>
Percepção/Avaliação sobre a qualidade das praças e espaços de lazer no bairro	Frequência Absoluta	Frequência Relativa %
Ótimo	-	-
Bom	1	1,9
Regular	3	5,6
Ruim	9	16,7
Péssimo	39	72,2
Não sei ou prefiro não informar	2	3,7
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de Campo.

Verifica-se que a área ainda está imersa num quadro espacial de grande vulnerabilidade socioambiental e de pobreza urbana. Segundo Silva, Brito e Morais (2019), no Bairro Nossa Senhora da Apresentação – principal bairro deste estudo e que concentra a maior parte das famílias captadas pelo mapeamento –, é possível verificar que há uma concentração de assentamentos populares – denominados pelo IBGE de *aglomerados subnormais*<sup>2</sup> – onde a população predominantemente de baixa renda se instala sem um planejamento prévio. Eis que o Bairro Nossa Senhora da Apresentação se caracteriza como um território de violência em meio ao ambiente de medo, carregando as marcas de um tipo problemático de organização espacial e de uma alta densidade demográfica, que caracteriza o bairro como populoso e com baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH): das 79.759 pessoas que habitam esse bairro, 77% vivem com menos de um salário mínimo por mês, de acordo com a SEMURB (Silva, Brito e Morais, 2019).

Sobre esse IDH, aqui destacamos duas questões específicas que no campo foram identificadas: 35,2% das crianças não frequentam a escola, de um total de 19 famílias que informaram possuir essa lacuna. Isso, inclusive, entra em contradição com os dados relativos aos programas de renda social, cuja matrícula escolar é requisito obrigatório para a manutenção do benefício; igualmente, foi verificado que, para 92,6% dos entrevistados, agentes comunitários de saúde não visitam suas casas. Isso mostra como a invisibilidade dessas famílias se traduz nessas áreas periféricas, cuja inatividade do Estado se mostra naturalizada e reproduzida de forma sistêmica. Certamente por isso os casos de suicídio (9,3%) e alcoolismo (14,8%), aqui coletados na pesquisa de campo, apresentem-se apenas como números frios desta realidade tão vulnerável social, ambiental e economicamente.

A tabela 04 mostra o quadro de vulnerabilidade socioambiental presente no campo:

**Tabela 04: Vulnerabilidade socioambiental e situação de risco**

Vulnerabilidade socioambiental e situação de risco	Frequência Absoluta	Frequência Relativa %
Alagamentos/enchentes	25	51
Deslizamentos/desbarrancamentos	1	2
Área próxima a lixões	26	51,3
Faixa de domínio de rodovias/ferrovias	15	30,6
Próxima a linhas de transmissão de alta tensão	11	22,4
Assentamento precário (favelas)	3	6,1

Fonte: Pesquisa de Campo.

2 Nesta pesquisa, foi identificado dentre os entrevistados que os domicílios são predominantemente próprios, independente da qualificação jurídica da posse do terreno: 81,5%, ou seja, 44 domicílios, são próprios e quitados; 9,25% são alugados; 9,25% são próprios em financiamento.

As famílias vivem próximas às áreas de alagamento, ferrovias, linhas de alta tensão e, sobretudo, em áreas próximas a lixões. A tabela acima desenha esse processo de vulnerabilidade socioambiental e destaca principalmente a questão de que essas comunidades tradicionais coabitam áreas de alagamentos, próximas a faixas de rodovias e lixões, além de assentamentos precários. Essa degradação das condições materiais de vida é sustentada e naturalizada pelo que Filgueira (2021) resgata como racismo ambiental, categoria articulada com as noções de cidadania, biopolítica e a racialidade. Para o autor, o racismo ambiental se atesta no vácuo de cidadania e na materialização da biopolítica, servindo para a compreensão das assimetrias étnicas estruturantes da organização espacial, na qual a distribuição das territorialidades urbanas e rurais é determinada pelo alijamento do segmento étnico indesejado. Como dados importantes para a análise da segurança pública, a tabela 05 abaixo mostra como a problemática do consumo e do tráfico de drogas se faz presente no cotidiano dessas famílias, além da dinâmica da violência patrimonial, dada por vandalismo, extorsão, furtos e roubos.

**Tabela 05: Segurança Pública**

<b>Presença de posto policial no bairro</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa %</b>
Sim	1	1,9
Não	52	96,3
Não sei ou prefiro não informar	1	1,9
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>100</b>
<b>Situação – direta ou indireta – de violência policial</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa %</b>
Sim	8	14,8
Não	44	81,5
Não sei ou prefiro não informar	2	3,7
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>100</b>
<b>Problemas de segurança pública presentes no bairro</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa %</b>
Uso de substâncias ilícitas (drogas)	33	61,1
Tráfico de drogas	37	68,5
Vandalismo	9	16,7
Extorsão	8	14,8
Furtos e roubos	36	66,7

Fonte: Pesquisa de Campo

Ao avaliar a segurança pública, mais de 95% das famílias indígenas entrevistadas informaram não ter posto policial no bairro, além de quase 15% já ter passado ou conhecer alguém que já passou por alguma situação de violência policial, especificamente. Isso mostra como esses espaços são marginalizados e abandonados pelo Estado. Isso se faz orgânico de um quadro estrutural de violência institucional no qual essas famílias são expostas. Violências são sistematicamente perpetradas contra as populações periferizadas, subalternizadas e invisibilizadas, de modo que a omissão do Estado passa a autorizar, não oficialmente, todas as formas de exclusão, preconceito e violência, sobretudo policial. Assim, igualmente preocupante é o uso de substâncias ilícitas percebidas pelos respondentes (61%), além da percepção sobre o tráfico de drogas (68%). Logo, a degradação das condições de vida dessas famílias, e sua conseqüente naturalização e invisibilização, culmina num quadro de racismo ambiental marcante (FILGUEIRA, 2021).

Em síntese, a pobreza urbana é um quadro estrutural visível dentre essas famílias indígenas periferizadas na cidade de Natal. Muitos indígenas urbanos residem em moradias inadequadas, sem acesso a saneamento básico, água potável e eletricidade. Isso contribui para a perpetuação de ciclos de pobreza e exclusão social, além da própria discriminação étnica. A falta de acesso à educação de qualidade também é um problema recorrente, com muitas crianças indígenas enfrentando dificuldades para se adaptar ao sistema educacional convencional, que raramente considera suas necessidades culturais e linguísticas específicas, sobretudo considerando a situação dos refugiados Warao. Para alterar minimamente esse quadro, é necessária a implementação integrada de políticas públicas de gestão, que envolvam ações conjuntas nos setores de desenvolvimento urbano, habitação, saneamento e saúde e que visem à promoção e à proteção da saúde das comunidades tradicionais e ao enfrentamento dos fatores que evidenciam sua vulnerabilidade (RAZZOLINI, GUNTHER, 2008).

## Demandas sociopolíticas de indígenas não aldeados: cidadania e interculturalidade

Na reflexão em tela, buscamos enfatizar, nessa perspectiva de engajamento moral da Antropologia, que os direitos indígenas foram e vêm sendo estabelecidos graças à habilidade política coletiva dos povos indígenas de lutarem por dignidade e reconhecimento, terra, cidadania e interculturalidade mesmo nas condições mais adversas, tais como a dos indígenas ressurgidos em processos de etnogênese e de intensa fricção interétnica no Nordeste brasileiro, e a dos indígenas refugiados em regime diaspórico, ambos se encontrando nas periferias urbanas de Natal. A agência política de Warao, Potiguara Mendonça e Tapuia Paiacu manifesta, nesse diapasão, nas diversas arenas de embate com os anti-indígenas e com a indiferença assimilacionista da sociedade nacional envolvente, uma sabedoria ancestral que vem garantindo a perpetuação dos povos originários e transformando positivamente o Estado, o sistema político e a democracia no Brasil.



A política indigenista brasileira, com efeito, certamente ganha novos ares com a ocupação dos espaços de poder pelo movimento indígena. O Ministério dos Povos Indígenas, a refunção da FUNAI – agora Fundação Nacional dos Povos Indígenas – bem como a atuação de forças políticas regionais e locais, como o atual Governo do Rio Grande do Norte, alarga as pretensões do movimento indígena em termos de espaço de articulação e promoção dos direitos dos povos indígenas. A política indigenista, tomada em sentido amplo, abarca as demandas sociopolíticas de uma população indígena de cerca de 1.693.535 pessoas, 305 povos, falantes de 274 idiomas, cujos problemas e desafios diversos variam até os muito graves, tais como aqui diagnosticados: insegurança alimentar, vulnerabilidade socioambiental, pobreza e miserabilidade, ausência de educação diferenciada (SILVA, BARBOSA e LEITE, 2022), serviços de saúde culturalmente estranhos, exploração no trabalho, entre outros.

As ações indígenas no contexto urbano contemporâneo de lutas e enfrentamentos pela cidadania e interculturalidade (LIMA, 2020) devem ser consideradas em sua dimensão de etnicidade, isto é, enquanto exercício político de grupos organizados informalmente em um idioma étnico, de modo a atuarem como *grupo de interesse* em relação à sociedade en-

volvente. Nessa perspectiva, as ações indígenas têm reinventado a democracia brasileira, enfatizando os valores ético-políticos da alteridade radical e da pluralidade de mundos socioculturais em regime de interculturalidade (não somente de coexistência pacífica e de indiferença mútuos), o que engloba não somente a afirmação de territorialidades não ocidentais (mercadológicas, privatizantes, capitalistas), mas, sobretudo, da subjetividade cosmologicamente constituída em sua plenitude de ser (SILVA e BARBOSA, 2020 e 2021; VELÁSQUEZ, 2020).

Assim a política indigenista conduzida pelos próprios povos originários, sejam eles brasileiros (Potiguara Mendonça e Tapuia Paiacu) ou refugiados recém-chegados (Warao), elabora novos mediadores políticos na estrutura democrática contemporânea, tais como o Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte (CERAM/RN), e reinventa a cultura política nacional com os já citados valores ético-políticos da alteridade e da pluralidade culturais. Com esse entendimento, a pesquisa em tela problematizou a dimensão de uma Antropologia Política centrada na análise intercultural e de relações interétnicas entre os indígenas e a sociedade brasileira envolvente, problematizando analiticamente as demandas sociopolíticas dos indígenas não aldeados e sugerindo, conseqüentemente, a continuidade dos estudos sobre os modos de ação e de realidade das agências políticas indígenas e não indígenas aí implicadas. Pois que se faz necessário, uma vez localizadas e cartografadas essas demandas sociopolíticas por cidadania e interculturalidade, enfrentá-las produtivamente, o que afirma o lugar político dos povos indígenas enquanto empreendedores morais-emotivos em ação, compondo políticas de vida e políticas públicas.

Cabe enfatizar que, para a Antropologia, a Cultura, com seus sistemas simbólicos em formato de ideologias em disputa e negociação, compreende as estruturas estruturantes e estruturadas dos idiomas e linguagens da interação simbólica, de modo que, uma vez mobilizadas por empreendedores morais e políticos, inscrevem e organizam o conflito social, definindo fronteiras, selecionando comportamentos, impondo normalidades, articulando utopias (BARBOSA, 2019).

Isto posto, entendemos que o atual diagnóstico socioeconômico e territorial de famílias e parentelas indígenas no urbano contemporâneo de Natal somente tem sentido enquanto ferramenta de mobilização e luta política no marco regulatório inaugurado pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). As bases principiológicas da Carta Magna asseguram para os povos indígenas os Direitos e Garantias Fundamentais (**dignidade, cidadania, bem de todos sem preconceitos e discriminações, Direitos Humanos, autodeterminação dos povos, paz, devido processo legal, repúdio ao terrorismo e racismo e tortura**); os Direitos Sociais amplos (Saúde, Educação, Lazer, Trabalho, Transporte, **Cultura**); a defesa do **meio ambiente ecologicamente equilibrado**; a garantia da **língua materna** e de **processos próprios de aprendizagem na Educação Indígena**; a proteção e valori-

zação da **cultura indígena**; o Direito dos povos indígenas à **Cultura** (organização social, costumes, línguas, crenças e tradições); o reconhecimento dos **direitos originários** (Indigenato) sobre as terras que tradicionalmente ocupam; e, deveras importante, a extinção do **poder tutelar** sobre os povos indígenas, que passam a configurar como parte legítima em juízo, com direitos e interesses reconhecidos.

A Antropologia, nesse contexto de redemocratização e de valorização dos povos indígenas, tem se fortalecido como saber acadêmico e como prática legítima (mediante perícia técnica) na defesa e afirmação da *diversidade* como bem jurídico constitucional. Concordamos, portanto, com Munduruku (2012), quando afirma que a Constituição Cidadã de 1988 encerrou os paradigmas de exterminacionismo e de integracionismo que caracterizaram a política indigenista do Estado brasileiro e inaugurou um paradigma constitucional que trata os povos indígenas de forma horizontal e inovadora. Nesses termos, a política indigenista se distancia de contornos eurocêntricos pautados em modelos evolucionistas e racistas de compreensão da Cultura; afirma o direito à Cultura e ao Indigenato (Art. 231 da CF/88), entendendo que as culturas indígenas são bens constitucionalmente protegidos; e que cabe aos povos indígenas o protagonismo político e jurídico (Art. 232 da CF/88) das suas lutas, restando as práticas de poder tutelar e da incapacidade civil ao passado ultrapassado.



## Considerações finais

Historicamente, as políticas públicas voltadas para as populações indígenas no Brasil visavam assimilar e integrar os indivíduos dentro da racionalidade urbano-industrial hegemônica, flagrantemente em contradição com as identidades culturais, modos de vida e formas de sociabilidades. Apesar de a Constituição de 1988 garantir um reconhecimento formal dos direitos indígenas, incluindo o direito à terra e à preservação cultural, no entanto, esses direitos nem sempre são respeitados, levando muitos indígenas a migrarem para as cidades em busca de melhores condições de vida. Os processos migratórios têm sido frequentemente estratégias de sobrevivência diante da violência estrutural, dos conflitos de terras e da falta de recursos nas áreas tradicionais originárias. Em suma, a implementação de políticas públicas eficazes é essencial para melhorar as condições de vida dos indígenas urbanos. No entanto, a maioria das políticas atuais não aborda adequadamente as necessidades específicas dessa população. Há uma falta de reconhecimento oficial das comunidades indígenas urbanas, o que resulta em uma ausência de programas e serviços direcionados.

A Constituição Federal de 1988 garante direitos aos povos indígenas, mas a aplicação desses direitos em contextos urbanos é limitada em função de:

- a) Conflitos de interesses, sobretudo quando se trata da demarcação de terras indígenas e reconhecimento étnico, fragmentando e polarizando lideranças, grupos e famílias;
- b) Alto grau de pobreza urbana, traduzindo-se em limitados capitais cultural e social e, portanto, menor capacidade organizativa;
- c) Dificuldade de identificação geográfica de alguns grupos e famílias, principalmente quando dispersos no território e sem vínculo político com associações de classe.

Esta pesquisa conseguiu identificar essas famílias e parentelas e apontar alguns de seus problemas mais urgentes. Agora, passa a ser necessária a criação de políticas específicas para esses indígenas urbanos, que incluam acesso à moradia digna, à educação, à saúde, à renda e à segurança pública, fatores cruciais para assegurar a inclusão social e econômica dessa população. Além disso, é necessário promover o reconhecimento oficial de alguns membros dessas comunidades, garantindo maior participação ativa na formulação e implementação de políticas públicas.

## Referências

- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BARBOSA, Raoni Borges. **EMOÇÕES, LUGARES E MEMÓRIAS Um estudo sobre as apropriações morais da Chacina do Rangel**. Mossoró: Edições UERN, 2019. v. 1. 678p.
- BARBOSA, Raoni Borges; LIMA, Carmen Lúcia Silva. **A diáspora Warao: itinerários de trauma e de esperança e sociotécnicas urbanas de convivencialidade vulnerabilizada**. Teresina-PI: Anais do IV SIMPANTRO, EdUFPI, 2023, p. 183-192.
- BEZERRA, M. S. et al. Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 25, n.10, 2020.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Aculturação e “fricção interétnica”. **América Latina**, v. 6, n. 3, p. 33-46, 1963.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O índio e o mundo dos brancos (1964)**. São Paulo: Pioneira, 1972.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Povos indígenas e mudança sociocultural na Amazônia. **Debate e Crítica**, v. 2, p. 133-160, 1974.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade e estrutura social. **Anuário Antropológico/78**, p. 243-263, 1980.
- COSTA, J. H. et al. Spatial distribution (2015-2017) of homicides in the city of Natal/RN (Brazil) and its (non)relations with touristic areas. **International Journal of Safety and Security in Tourism/Hospitality**, Universidad de Palermo, n. 19, 2018.
- FILGUEIRA, A. L. S. Racismo ambiental, cidadania e biopolítica: considerações gerais em torno de espacialidades racializadas. **Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO, v. 15, n. 2, 2021.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- GUERRA, J. G. A. **Mendonça do Amarelão: os caminhos e descaminhos da identidade indígena no Rio Grande do Norte**. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UFPE, 2007.
- HONNETH, A. Observações sobre a reificação. **Civitas: Revista De Ciências Sociais**, v.8, n.1, p. 68–79, 2008.
- IPEA. **Os efeitos do programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos**. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.
- LIMA, Carmen Lúcia Silva. Interculturalidade e os desafios da inclusão dos Warao. **Revista EntreRios**, v. 3, p. 137-152, 2020.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da Territorialidade. **Anuário Antropológico** / 2002-2003, **Tempo Brasileiro**, 2004, p. 251-290.

MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

RAZZOLINI, M. T. P.; GÜNTHER, W. M. R. Impactos na Saúde das Deficiências de Acesso a Água. **Saúde Soc.** São Paulo, v.17, n.1, p.21-32, 2008.

SANTOS, M. **Pobreza Urbana**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SILVA, Eliane Anselmo da; BARBOSA, Raoni Borges. Os Warao em Mossoró: experiências de refúgio e estratégias de integração e pertença. In: Carlos Alberto Marinho Cirino; Carmen Lúcia Silva Lima; Jenny González Muñoz. (Org.). **Os Warao no Brasil: diáspora, políticas e direitos indígenas**. Mossoró - RN: Edições UERN, 2022, v. 1, p. 1-299.

SILVA, E. D.; BRITO, M. C.; MORAIS, H. A. A violência no bairro Nossa Senhora da Apresentação em Natal/RN: uma análise da constituição do território da violência em ambiente de medo. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v.8, n.1, 2019.

SILVA, Eliane Anselmo da; BARBOSA, Raoni Borges. Os Warao em Mossoró: Notas etnográficas dos primeiros contatos e estranhamentos. **Revista Turismo Estudos e Práticas. GEPLAT: Caderno Suplementar**, Nº 5, Dezembro, 2020.

SILVA, Eliane Anselmo da; BARBOSA, Raoni Borges. Warao em Mossoró/RN: Prelúdio de uma etnografia em imagens. **RESC Revista de Estudos SocioCulturais**, v. 1, p. 1-9, 2021.

SILVA, Eliane Anselmo da; BARBOSA, Raoni Borges; LEITE, Lucas Sullivan M. O processo de integração social de crianças e adolescentes indígenas Warao na escola pública em Mossoró-RN. **POLÍTICA E GESTÃO EDUCACIONAL (ONLINE)**, p. e022113-22, 2022.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos. Sobre tutela e participação: povos indígenas e formas de governo no Brasil, séculos XX/XXI. **Mana**, v. 21, 2015, p. 425-457.

VELÁSQUEZ, Ronny. Notas acerca de los indígenas Warao migrantes en Brasil. In **Entre Rios. Revista do PPGANT/UFPI**, Teresina, Vol. 3, n. 2, 2020.

---

## Anexos

**Quadro 01: Famílias Potiguara Mendonça e Tapuia Paiacu Entrevistadas**

Representante	Etnia	Idade	Escolaridade	Número de membros da família em sua residência
F.C.G.	Potiguara	38	Ensino médio completo	3
J.B.G.	Potiguara	81	Nunca frequentou a escola	2
F.F.G.	Potiguara	53	Ensino fundamental incompleto	2
A.V.G.	Potiguara	33	Ensino fundamental incompleto	3
F.G.	Potiguara	45	Ensino médio incompleto	3
M.B.	Potiguara	44	Ensino fundamental incompleto	3
M.N.S.	Potiguara	59	Nunca frequentou a escola	3
C.B.N.J.	Potiguara	31	Ensino fundamental incompleto	3
M.C.S.N.	Potiguara	33	Ensino superior incompleto	4
H.V.L.	Potiguara	28	Ensino médio completo	2
M.J.L.	Potiguara	54	Ensino fundamental incompleto	3
A.B.N.	Potiguara	34	Ensino médio incompleto	4
E.G.B.	Potiguara	29	Ensino fundamental completo	4
A.G.B.	Potiguara	32	Ensino fundamental incompleto	2
D.B.S.	Potiguara	37	Ensino fundamental incompleto	2
M.S.M.	Potiguara	66	Ensino fundamental incompleto	3
F.B.	Potiguara	53	Ensino médio incompleto	3
A.N.S.	Potiguara	39	Ensino fundamental incompleto	8

A.J.N.S.	Potiguara	34	Ensino fundamental incompleto	1
A.N.S.	Potiguara	37	Ensino fundamental incompleto	3
P.L.	Potiguara	58	Ensino fundamental incompleto	1
A.M.R.S.	Potiguara	39	Ensino fundamental incompleto	7
F.B.S.M.	Potiguara	41	Ensino fundamental incompleto	1
E.J.V.L.	Potiguara	33	Ensino médio completo	3
F.N.S.	Potiguara	59	Ensino fundamental completo	1
E.N.G.	Potiguara	30	Ensino médio incompleto	3
R.N.	Potiguara	22	Ensino fundamental completo	1
M.A.R.	Potiguara	73	Ensino fundamental incompleto	6
F.B.S.M.	Potiguara	Não informou	Não informou	2
D.R.S.	Potiguara	Não informou	Não informou	8
D.P.N.	Potiguara	Não informou	Não informou	4
J.B.	Potiguara	Não informou	Não informou	2
A.S.B.	Potiguara	Não informou	Não informou	3
J.C.R.	Potiguara	Não informou	Não informou	5
M.B.S.M.	Potiguara	46	Ensino médio completo	1
R.S.S.	Potiguara	Não informou	Ensino fundamental completo	2
R.S.S.	Potiguara	Não informou	Não informou	3
A.B.	Potiguara	Não informou	Ensino médio completo	2
T.G.B.	Potiguara	30	Ensino médio incompleto	3
F.L.R.	Potiguara	78	Ensino fundamental incompleto	4
F.P.N.	Potiguara	Não informou	Não informou	1

K.N.	Potiguara	Não informou	Não informou	5
P.B.	Potiguara	Não informou	Não informou	2
R.I.N.	Potiguara	33	Ensino médio completo	2
C.S.S.	Potiguara	Não informou	Não informou	3
R.B.S.	Potiguara	Não informou	Não informou	3
F.S.N.	Potiguara	37	Ensino fundamental incompleto	3
J.S.B.	Potiguara	Não informou	Não informou	5
J.O.B.C.	Potiguara	Não informou	Não informou	4
R.M.C.	Tapuia Paiacu	47	Ensino superior completo	1
J.R.F.	Tapuia Paiacu	53	Ensino superior completo	1
J.R.F.	Tapuia Paiacu	50	Ensino médio completo	2
<b>TOTAL</b>				<b>155</b>

Fonte: Pesquisa de Campo dos autores.

Famílias Warao, os quadros 02 e 03 a seguir apresentam o número de pessoas, idade e escolaridade.

### Quadro 02: Abrigo Warao, Bairro Potengi

Abrigo Conjunto Santa Catarina 3 famílias no abrigo 19 pessoas: 13 crianças e 6 adultos			Liderança Warao: Mizael González Perez
Abreviação	Abrigo	Idade	Escolaridade
P.G.P.	Potengi	4 anos	Ensino fundamental incompleto
M.G.P.	Potengi	6 anos	Ensino fundamental incompleto
M.C.P.	Potengi	11 meses	Sem escolaridade
L.J.P.C.	Potengi	3 anos	Sem escolaridade
D.J.P.C.	Potengi	4 anos	Ensino fundamental incompleto
J.P.C.	Potengi	6 anos	Ensino fundamental incompleto
C.P.C.	Potengi	7 anos	Ensino fundamental incompleto
E.P.C.	Potengi	10 anos	Ensino fundamental incompleto
A.P.C.	Potengi	12 anos	Ensino fundamental incompleto
E.P.P.	Potengi	14 anos	Ensino fundamental incompleto
M.G.P.	Potengi	15 meses	Sem escolaridade
U.G.P.	Potengi	10 anos	Ensino fundamental incompleto
M.G.P.	Potengi	8 anos	Ensino fundamental incompleto
Y.C.	Potengi	33 anos	Ensino fundamental incompleto
M.P.	Potengi	53 anos	Ensino fundamental incompleto
C.P.P.	Potengi	51 anos	Ensino fundamental incompleto
Y.	Potengi	26 anos	Ensino fundamental incompleto
I.J.P.	Potengi	33 anos	Ensino fundamental incompleto
M.G.P.	Potengi	29 anos	Ensino fundamental incompleto

Fonte: Pesquisa de Campo dos autores.

**Quadro 03: Abrigo Warao, Bairro Felipe Camarão**

<b>Abrigo Felipe Camarão</b>			<b>Liderança Warao Edgar González</b>
<b>10 famílias no abrigo</b>			
<b>30 pessoas: 12 crianças e 18 adultos</b>			
<b>Abreviação</b>	<b>Abrigo</b>	<b>Idade</b>	<b>Escolaridade</b>
P.N.G.P.	Felipe Camarão	5 anos	Sem escolaridade
Y.C.P.	Felipe Camarão	9 meses	Sem escolaridade
A.J.P.	Felipe Camarão	10 anos	Ensino fundamental incompleto
Y.A.P.P.	Felipe Camarão	13 anos	Ensino fundamental incompleto
B.P.	Felipe Camarão	8 anos	Sem escolaridade
E.G.P.	Felipe Camarão	20 meses	Sem escolaridade
E.G.P.	Felipe Camarão	4 anos	Sem escolaridade
N.G.P.	Felipe Camarão	5 meses	Sem escolaridade
E.M.M.P.	Felipe Camarão	3 anos	Sem escolaridade
E.d.V.C.	Felipe Camarão	8 anos	Ensino fundamental incompleto
J.G.D.C.	Felipe Camarão	5 anos	Ensino fundamental incompleto
U.P.	Felipe Camarão	8 anos	Sem escolaridade
S.C.	Felipe Camarão	46 anos	Sem escolaridade
R.C.C.	Felipe Camarão	60 anos	Sem escolaridade
L.C.P.	Felipe Camarão	73 anos	Sem escolaridade
Y.J.C.C.	Felipe Camarão	18 anos	Ensino fundamental incompleto
L.P.	Felipe Camarão	43 anos	Ensino médio incompleto
E.G.	Felipe Camarão	28 anos	Ensino fundamental incompleto
B.d.V.P.P.	Felipe Camarão	26 anos	Sem escolaridade
O.P.	Felipe Camarão	55 anos	Sem escolaridade
N.P.	Felipe Camarão	43 anos	Sem escolaridade
A.P.	Felipe Camarão	71 anos	Sem escolaridade
E.P.	Felipe Camarão	54 anos	Sem escolaridade
T.M.	Felipe Camarão	51 anos	Sem escolaridade
J.C.G.P.	Felipe Camarão	28 anos	Sem escolaridade
Y.d.V.C.C.	Felipe Camarão	24 anos	Ensino fundamental incompleto
E.D.V.M.	Felipe Camarão	25 anos	Sem escolaridade
C.P.	Felipe Camarão	24 anos	Sem escolaridade

.Fonte: Pesquisa de Campo dos autores



**NATAL**  
PREFEITURA